



Formulário

Relatório de Viagem em Missão Oficial Internacional

IDENTIFICAÇÃO DO PARLAMENTAR

| | |
|--|--------------------------|
| Nome: REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES | Ponto: d_57272 |
| E-mail: dep.reginaldolopes@camara.leg.br | Telefone: (61) 3215-5426 |
| Partido: PT / MG | Gabinete: 426 |

Identificação do(s) evento(s)

Nome oficial do evento ou o assunto: Visita OCDE -GT de VReforma Tributária

Descrição: Visita do Grupo de Trabalho dos Deputados do Congresso Nacional sobre a Reforma Tributária 2 a 4 de maio de 2023 ("Entre 2 e 4 de maio, realizou-se missão parlamentar a Paris para discutir com técnicos da OCDE proposta de reforma tributária em apreciação no Congresso Nacional. Secretariado da OCDE apresentou diferenças entre modelos de imposto sobre valor agregado em países federativos, experiência de países com tributação sobre a renda de pessoas física e jurídica)

Cidade(s):

| Cidade | País |
|--------|--------|
| PARIS | FRANÇA |

Trecho(s):

| Cidade Origem | Cidade Destino | Data | Tipo transporte |
|---------------|----------------|------------|-----------------|
| BRASILIA | FORTALEZA | 30/04/2023 | Avião |
| FORTALEZA | PARIS | 30/04/2023 | Avião |
| PARIS | SAO PAULO | 06/05/2023 | Avião |
| SAO PAULO | BRASILIA | 07/05/2023 | Avião |

Atividades Realizadas:

| Data | Descrição |
|------------|---|
| 02/05/2023 | A delegação parlamentar foi composta, principalmente, por deputados do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional, que analisam a PEC 45/19: Reginaldo Lopes (coordenador do GT), Aguinaldo Ribeiro (relator da matéria), Adail Filho, Glaustin da Fokus, Jonas Donizette, Newton Cardoso Jr, Saullo Vianna, Sidney Leite, Tabata Amaral e Vítor Lippi. O senador Irajá Silvestre Filho e o deputado Marco Bertaiolli também acompanharam a delegação. O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, esteve representando o Ministério da Fazenda, assim como o subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal, Fernando Mombelli. A consultora do BID, Melina de Souza Rocha Lukic, acompanhou igualmente as reuniões. |
| 02/05/2023 | Na tarde de 02/05/2023, a delegação recebeu cumprimentos do secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, que desejou êxito à missão e ressaltou o interesse da Organização em aprofundar a cooperação com o Brasil. Os trabalhos foram, então, abertos pelo diretor de Relações Globais da OCDE, Andreas Schaal, que apresentou panorama do relacionamento Brasil-OCDE, indicando a importância do País para a Organização, que, segundo informado, deve encerrar em breve seu processo de expansão. Atualmente com 38 membros e com 6 países em processo de acesso (3 europeus: Bulgária, Croácia e Romênia, e 3 sul-americanos: Argentina, Brasil e Peru), segundo Schaal, a Organização ambicionaria ter composição máxima em torno de 50 países. |



Os debates no dia 3/5 foram abertos pelo Departamento Econômico da OCDE, que apresentou dados gerais sobre a economia brasileira, ressaltando a importância da realização de reforma tributária no País para retomada do crescimento econômico e obtenção de ganhos de competitividade. Segundo os dados apresentados pelo chefe de divisão Jens Arnold, economista dedicado a estudar a economia brasileira, o País vem crescendo abaixo da média da OCDE nos últimos 20 anos (PIB real). O gasto administrativo da máquina pública seria comparável ao nível médio dos países da Organização. Ainda segundo o pesquisador, o Brasil está passando por envelhecimento populacional e perde, por conseguinte, o principal motor de seu crescimento econômico nos últimos anos, o chamado bônus demográfico. De modo a retomar o caminho do crescimento, o economista indicou que o País deve, então, buscar elevar a produtividade, seja do trabalho seja do capital. A reforma tributária, é, assim, vista como elemento importante para redução de custos administrativos para as empresas, mas, segundo exposto, o País deveria também garantir maiores investimentos em infraestrutura, melhorar o ambiente regulatório, ampliar a segurança e agilidade jurídicas, e engajar-se mais no comércio internacional. 5. Especificamente sobre o sistema tributário nacional, Jens Arnold destacou o impacto da tributação sobre a distribuição de renda. Indicou que o Brasil é um país com baixa mobilidade social e, ainda que a educação seja vista como melhor ferramenta para ampliar a mobilidade no longo prazo, o sistema tributário teria papel relevante para acelerar o processo de redistribuição de renda. Assim, reformas que visem a ampliar a progressividade do sistema e a reduzir sua complexidade tenderiam a ser benéficas para a redução da desigualdade no País. 6. Após as apresentações iniciais, o debate concentrou-se sobre aspectos específicos dos sistemas tributários, tendo a liderança da discussão estado a cargo do Centro de Administração e Política Tributária (CTPA) da OCDE. O diretor adjunto do CTPA, David Bradbury, ressaltou o interesse da OCDE em cooperar com o Brasil em favor da reforma tributária, vista como uma das principais reformas em curso hoje no mundo. Segundo Piet Battiau, chefe da Divisão de Imposto ao Consumidor da OCDE, há grande expectativa entre os especialistas de tributação do mundo todo sobre a reforma no Brasil. 7. O primeiro aspecto a ser debatido foi a tributação sobre o consumo, que deverá ser a primeira etapa da reforma no Brasil. Segundo informado por Piet Battiau, atualmente, 174 países utilizam o modelo de imposto sobre valor agregado (IVA) como forma de tributação do consumo. Piet argumentou que o IVA não se destina a ampliar a progressividade do sistema tributário, mas apresenta resultados muito robustos em termos de simplificação do sistema e redução da carga final sobre o consumidor. Adicionalmente, ainda segundo o representante da OCDE, o IVA possui a virtude de potencializar a arrecadação sem ser oneroso à produção. Esclareceu que o debate entre regressividade e progressividade do IVA deve ser entendido de forma mais ampla, visto que, apesar de basear-se em alíquota uniforme ('flat rate') sobre o consumo, o imposto tem o potencial de reduzir o valor final da carga tributária sobre produtos, o que teria efeito positivo sobre a renda disponível dos consumidores. Ademais, ainda segundo o técnico da OCDE, seria possível estabelecer políticas direcionadas de diferenciação de alíquotas, como instrumento de política fiscal, setorial ou mesmo de saúde, como o caso dos impostos sobre tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados. 8. O tema da introdução do IVA em regimes federativos foi abordado pela pesquisadora da Universidade de Viena, Karoline Spis. Quatro países foram objeto de exposição: Austrália, Canadá, Estados Unidos e Índia. O caso da União Europeia foi também apresentado como exemplo aproximado de harmonização 'federativa' de base tributária. Em termos de uniformização, a Austrália foi o único caso apresentado em que há apenas um IVA nacional. Os EUA, por outro lado, são o único país em que não há IVA nacional, mas apenas em nível subnacional. Canadá e Índia possuem sistema de IVA dual (federal e estadual). Em termos de responsabilidade de arrecadação, a Austrália, por ter sistema unificado, arrecada em nível federal e distribui para os estados. Já, nos EUA, ocorre coleta e gasto diretamente pelos estados. Na Índia, há repartição igualitária entre União e estados. No caso canadense, há um IVA federal e três regimes estaduais por província, excluindo-se a província do Quebec. Como mensagem geral, a pesquisadora ressaltou que, apesar de o IVA ser amplamente utilizado internacionalmente, sua implementação em países federativos requer intenso debate político, que se expressa nos diferentes modelos observados, não havendo receita única para sua aplicação. 9. O tema da tributação sobre a renda foi discutido sob a perspectiva das pessoas físicas e jurídicas. No que toca à tributação da renda das pessoas físicas, destaque dos comentários da OCDE foi sobre a não taxação de dividendos no Brasil, prática amplamente adotada entre países membros da Organização. No que concerne à tributação sobre renda de empresas, a OCDE apresentou os trabalhos já realizados sobre preços de transferência e a iniciativa de Combate à Erosão da Base Tributária e à Transferência de Lucros (BEPS, na sigla em inglês), com especial ênfase nas discussões da Solução de Dois Pilares para Enfrentar os Desafios Fiscais Decorrentes da Digitalização da Economia. 10. Durante o debate sobre todos os temas acima relatados, os parlamentares brasileiros buscaram elucidar questionamentos sobre possíveis transformações no sistema tributário nacional. Particular interesse foi manifestado pelos desafios da introdução de um IVA em país federativo, com três níveis de governo, considerando, ademais, as diferentes origens de recursos e responsabilidades na oferta de serviços públicos entre os entes federativos. Adicionalmente, a delegação demonstrou



interesse sobre o tema da tributação do comércio eletrônico, objeto de discussões na OCDE no âmbito do grupo de trabalho 9 do CTPA. De maneira geral, a percepção dos técnicos da OCDE é de que o Brasil possui a capacidade de implementar uma reforma ampla de seu sistema de tributação, especialmente sobre o consumo, na medida em que possui elevada digitalização do sistema tributário, elemento que facilita a implementação de um imposto sobre valor agregado, que exige mecanismos ágeis de compensação de débitos e créditos tributários. 11. Finalmente, a OCDE manifestou interesse em acompanhar as discussões sobre a reforma tributária no Brasil, colocando-se à disposição para seguir a interação com o Congresso e os Ministérios".

04/05/2023

ENCONTRO com as senadoras LauranceCohen e Joëlle Garriaud-Maylam: "No contexto da missão do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional (GTSTN), os deputados Reginaldo Lopes, Sidney Leite, Glaustin da Fokus e Adail Filho se reuniram com a presidente do Grupo de Amizade Brasil-França no Senado, Laurance Cohen (partido Comunista Francês/Val-de-Marne), e com a senadora Joëlle Garriaud-Maylam (Les Républicains, Franceses no estrangeiro), que esteve em abril no Brasil, no contexto de missão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa. 2. A senadora Cohen recordou já terem sido realizadas três missões de senadores franceses ao Brasil em anos recentes, recordando a viagem da qual participou em 2022, e durante a qual teriam se encontrado apenas parlamentares alinhados ao governo do ex-presidente Bolsonaro. A senadora Garriaud-Maylam, por sua vez, agradeceu o apoio à missão recentemente realizada ao Brasil e recordou haver-se encontrado com Vossa Excelência na edição de fevereiro de 2023 da Conferência de Segurança de Munique. 3. Do lado brasileiro, o deputado Reginaldo Lopes mostrou interesse em aprofundar a interação com o grupo de amizade no Senado francês, à luz do início da nova legislatura no Brasil e da definição de novo presidente no grupo de amizade brasileiro (deputado Vinícius Carvalho). Relatou brevemente o debate que classificou de 'caloroso' durante o almoço com deputados franceses, e se disse aberto para conversar mais detidamente, em momento oportuno, sobre o Acordo Mercosul-UE. As senadoras concordaram que, se fosse o caso, o tratamento dos temas atinentes ao Acordo deveriam ser objeto de discussão específica, em momento propício, com representantes dos parlamentos dos dois países preparados para as conversas. 4. Sobre a reforma do sistema tributário, os dois lados coincidiram que o tema é de relevância central na atual conjuntura econômica internacional e é instrumento para promoção de justiça social e contraoposição à pressão inflacionária que aflige sobretudo camadas mais pobres da população. 5. O lado francês destacou a necessidade de reflexão sobre o assunto de forma conjunta com políticas de preservação ambiental e de respeito a populações autóctones. Recordaram, nesse sentido, pressões econômicas sobre determinados setores extrativistas na região Norte do Brasil, como aquele sobre o minério de caulim para fabricação de porcelana. A senadora Cohen se disse particularmente atenta a denúncias de práticas ambientalmente ilegais por empresas francesas que atuam no Brasil, e que espera que todas as empresas, francesas ou não, respeitem as normas ambientais vigentes, com o que concordaram os deputados Reginaldo Lopes e Sidney Leite. 6. Durante a troca de impressões sobre o contexto socioeconômico na fronteira norte do Brasil, aproveitei a ocasião para recordar alguns desafios que se enquadram no contexto da cooperação bilateral transfronteiriça. Mencionei a importância de adensar a cooperação em matéria de intercâmbio de informações sobre presos, de modo a superar dificuldades hoje existentes do lado francês para o envio a autoridades brasileiras de informações sobre brasileiros detidos na Guiana. Tal restrição comprometeria, igualmente, a transmissão, ao lado francês, de informações criminais que a polícia brasileira porventura tenha sobre esses indivíduos. As senadoras indicaram desconhecer o tema (mesmo após reunião com o Procurador Geral da Guiana há algumas semanas), mas demonstraram abertura para discuti-lo. Expliquei, também, as dificuldades relacionadas ao seguro para veículos brasileiros que ingressem na Guiana. O alto custo dessas apólices desestimula o trânsito pela ponte e, por consequência, o comércio legal na região. 7. Após o encontro, os parlamentares brasileiros participaram de visita privada ao Palácio do Luxemburgo, durante a qual foram acompanhados pela senadora Garriaud-Maylam".

05/05/2023

"Deputados integrantes do Grupo de Trabalho do Sistema Tributário Nacional (GTSTN) mantiveram reunião de trabalho, na manhã de 5 de maio, com o Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional, Éric Coquerel. Participaram do encontro os seguintes parlamentares brasileiros: Reginaldo Lopes (PT-MG), Sidney Leite (PSD-AM), Marco Bertaiolli (PSD-SP), Saullo Vianna (União-AM), Adail Filho (Republicanos-AM), Glaustin da Fokus (PSC-GO), Jonas Donizette (PSB-SP) e Vitor Lippi (PSDB-SP). Acompanhei o encontro, juntamente com diplomatas da Embaixada, e o deputado francês se fez acompanhar de dois assessores. 2. O presidente Éric Coquerel fez apresentação sobre as principais características do sistema tributário francês, com foco no funcionamento do TVA, o Imposto sobre Valor Agregado francês. A pedido dos deputados brasileiros, documento de resumo da apresentação de Coquerel foi disponibilizado pela AN e transmitido por correio eletrônico à AFEP. 3. Coquerel observou que a França é o berço desse tipo de imposto, mas que, atualmente, o tributo é enquadrado por regras da UE. Informou que o TVA incide sobre a venda de bens e serviços e é o tributo com maior arrecadação no país (17% do total). Compreende quatro faixas de tributação, sendo a básica e maior de 20%. Ponderou que a alta carga tributária francesa (45,3% do PIB, segunda



maior na UE, após a Dinamarca) é compensada por redistribuições para empresas, com exonerações e créditos tributários. 4. Entre os principais benefícios do TVA, o deputado francês citou a simplicidade da coleta, a neutralidade sobre a produção, a previsibilidade e a alta arrecadação. Sobre as desvantagens, destacou o risco de fraude em atividades informais, o caráter não redistributivo do imposto e a pressão de grupos de interesse por isenções, sem garantia de benefício social. 5. Ao longo da apresentação, os deputados brasileiros engajaram-se de maneira substantiva com o homólogo francês, buscando melhor compreender a experiência da França com a gestão do TVA e a forma como o país vem lidando com os desafios ligados à crescente digitalização da economia. Também questionaram Coquerel e seus assessores sobre o sistema francês de imposto de renda (3º imposto com maior arrecadação), de modo a avaliar os potenciais efeitos de equidade social da reforma brasileira em estudo".

Documentos Anexados:

Informações complementares

1. Orientações processuais:
 - a. Preencher o formulário.
 - b. Assinar eletronicamente o formulário.
 - c. Tramitar o formulário para área designada.
 2. Legislação pertinente:
 - a. Ato da mesa nº 35/2003.
-

Brasília-DF, 05 de julho de 2023.

